

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS

RURAL HIGH SCHOOL EDUCATION: AN ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES AND SOCIOCULTURAL RELATIONS

LA EDUCACIÓN DEL CAMPO EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA: ANÁLISIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS Y RELACIONES SOCIOCULTURALES

VASCONCELOS, Rowilson de souza;¹
ALVES, Ana Carolina de Souza;²
BAZILIO, Thais Barbosa Batista.³

Eixo Temático: Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos

Modalidade: Resumo expandido

RESUMO

Este trabalho analisa as políticas públicas e as relações socioculturais no Ensino Médio ofertado às populações do campo, com base em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. A investigação demonstra que a precariedade estrutural das escolas, a ausência de formação docente específica e a descontextualização curricular são obstáculos significativos para o acesso, permanência e sucesso dos estudantes. Apesar da criação de programas como PRONACAMPO, PNLD Campo e Projovem Campo, as ações governamentais ainda não contemplam plenamente as demandas das comunidades rurais. O estudo enfatiza a importância da pedagogia da alternância, da valorização dos saberes locais e da construção de escolas vinculadas às realidades do campo. Conclui-se que políticas públicas eficazes devem considerar as especificidades socioculturais desses territórios, contribuindo para uma educação de qualidade, transformadora e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação do Campo. Ensino Médio. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A pluralidade étnica, cultural e territorial no Brasil está marcada por um histórico de desigualdades sociais, que se expressam também no acesso à educação, especialmente para as

¹Graduando em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Pará, Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: Rowilsonvasconcelos.pedufpa@gmail.com

²Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Pará, Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: anna2003carolina@gmail.com

³Pedagoga, Especialista em Educação Especial Inclusiva no Campo, Pela Universidade Federal do Pará, Castanhal, Pará, Brasil E-mail: thais.bazilio@semedcastanhal.pa.gov.br

populações do campo. A escola, enquanto espaço de formação, reflete essas desigualdades, pois é atravessada por relações de poder que impactam diretamente os sujeitos oriundos do meio rural (Arroyo, 2007; Silva et al., 2022). Historicamente, as políticas educacionais negligenciaram essas populações, tornando-as invisíveis tanto na formulação de programas quanto na construção de escolas que considerem suas especificidades culturais e territoriais (Vaz, 2021; Andrade; Wesz Junior, 2024).

No Ensino Médio, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes, especialmente quando se observa a ausência de escolas nas comunidades rurais, a descontextualização dos currículos, o transporte escolar precário e a infraestrutura deficiente (Cruz, 2019; Andrade; Wesz Junior, 2024). Muitos jovens precisam percorrer longas distâncias para estudar em escolas localizadas em centros urbanos, realidade que compromete sua permanência e a qualidade do processo educativo (Cruz, 2019). Soma-se a isso os estigmas socioculturais enfrentados e a prevalência de currículos orientados por uma lógica urbana, distante dos saberes, das práticas e dos modos de vida dos sujeitos do campo (Vaz, 2021; Batista, 2023).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à Educação do Campo no Ensino Médio, bem como as relações socioculturais que se estabelecem nesse contexto, refletindo sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de construção de uma educação contextualizada, crítica e emancipadora para os jovens do campo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico e documental. Segundo Minayo (2001), a abordagem qualitativa permite compreender os significados atribuídos às experiências humanas, considerando os contextos socioculturais em que se inserem. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), foi realizada com base em obras, artigos científicos, legislações educacionais e documentos institucionais que discutem a Educação do Campo.

Dentre os principais referenciais teóricos, destacam-se autores como Arroyo (2007), Silva et al. (2022), Cruz (2019), Batista (2023), Vaz (2021) e Andrade et al. (2024), que abordam as políticas públicas, o currículo escolar, a pedagogia da alternância e os desafios enfrentados pelos sujeitos do campo. Também foram analisadas normativas e programas como a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, o PRONACAMPO, PNLD Campo, Procampo e Projovem Campo – Saberes da Terra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados a seguir foram construídos a partir da análise de documentos oficiais, legislações, programas específicos de educação do campo e revisão da literatura acadêmica, permitindo compreender as principais dificuldades estruturais, pedagógicas e socioculturais que permeiam o Ensino Médio nas comunidades rurais.

A partir da análise bibliográfica e documental, que envolveu legislações, programas educacionais como PRONACAMPO, PNLD Campo, Procampo e Projovem Campo, além de produções acadêmicas de autores como Cruz (2019), Silva et al. (2022), Andrade e Wesz Junior (2024), Vaz (2021) e Batista (2023), foi possível constatar que as escolas do campo, em sua maioria, apresentam uma infraestrutura precária.

Os principais problemas observados dizem respeito à estrutura física inadequada, mobiliário em más condições, ausência de bibliotecas, laboratórios e materiais pedagógicos que atendam às necessidades específicas das comunidades rurais. Essas condições, como destaca Cruz (2019), impactam diretamente na permanência e no rendimento dos alunos, dificultando o desenvolvimento de uma educação de qualidade no campo.

Soma-se a isso a necessidade, muitas vezes imposta, de deslocamento diário dos estudantes até escolas localizadas em áreas urbanas. Esse fator não só compromete o processo de aprendizagem, mas também promove o distanciamento desses jovens em relação à sua cultura, identidade e modos de vida rurais (Batista, 2023; Andrade; Wesz Junior, 2024).

Além disso, as análises indicaram que o currículo aplicado nas escolas rurais segue, em grande parte, uma lógica urbana, desconsiderando os saberes, as práticas produtivas e os contextos socioculturais dos sujeitos do campo (Vaz, 2021; Silva et al., 2022).

Outro desafio é a formação dos professores. Muitos profissionais que atuam em escolas do campo não possuem formação específica voltada às demandas do meio rural. Conforme Silva et al. (2022), o Estado capitalista apresenta contradições nas políticas públicas, favorecendo interesses mercadológicos e desconsiderando a diversidade sociocultural do campo. Isso se reflete no currículo escolar, que ainda segue padrões urbanos e homogêneos, desconsiderando os saberes locais, os modos de vida e as necessidades dos sujeitos camponeses.

A proposta do novo Ensino Médio aprofunda essa lógica excludente ao priorizar itinerários formativos baseados em competências voltadas ao mercado, desvalorizando a formação humana integral. Para Batista (2023), essa reforma curricular compromete a identidade das escolas do campo, pois ignora os territórios e saberes dos estudantes. Nesse sentido, a pedagogia da alternância surge como estratégia relevante, por articular teoria e prática, escola e comunidade, respeitando o tempo da terra e da vida rural.

A atuação da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) contempla a juventude rural por meio de escolas-polo, turmas anexas nas comunidades e programas como a EJA Campo e o Procampo. No entanto, como apontam Andrade et al. (2024), essas estruturas ainda reproduzem modelos urbanos de ensino e não garantem uma efetiva valorização do campo como espaço educativo. Os estudantes, mesmo vinculados ao território rural, são formados para se adaptar à lógica urbana, perdendo sua conexão com a cultura camponesa.

A presença de programas como o PRONACAMPO, PNLD Campo, PNBE Temático, Procampo e Projovem Campo – Saberes da Terra representa um avanço, mas a implementação efetiva dessas políticas ainda encontra entraves políticos, orçamentários e ideológicos. Como destacam Bresolin et al. (2018), o currículo do Ensino Médio no campo deve ser pensado a partir de sua realidade, promovendo uma educação emancipadora, crítica e comprometida com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu compreender que, apesar da existência de diretrizes legais e programas voltados à Educação do Campo, a efetivação de uma educação de qualidade para os estudantes do meio rural ainda enfrenta inúmeros desafios. A precariedade das escolas, a padronização dos currículos e a ausência de formação docente específica continuam limitando o acesso, a permanência e o sucesso dos jovens camponeses no Ensino Médio.

As políticas públicas analisadas, como o PRONACAMPO, Procampo, PNLD Campo e Projovem Campo, representam tentativas importantes de valorizar a escola do campo. No entanto, sua implementação esbarra em fatores como a centralização das decisões, a lógica urbana dominante e a descontinuidade administrativa. Dessa forma, muitas iniciativas acabam se distanciando das reais necessidades das comunidades rurais.

O fortalecimento da pedagogia da alternância, da valorização dos saberes locais e da escola como extensão da vida comunitária são caminhos essenciais para a construção de uma educação do campo que seja emancipadora e socialmente referenciada. É necessário repensar o currículo, promover formações específicas para os docentes, garantir transporte escolar digno e assegurar a presença de escolas no campo com condições adequadas.

Por fim, reconhece-se que a Educação do Campo é também uma luta política e identitária, que precisa ser compreendida em diálogo com os movimentos sociais, com os sujeitos do campo e com os territórios em que se inserem. Como pesquisa em andamento, o estudo será aprofundado por meio de entrevistas com professores e estudantes, de modo a construir uma escuta sensível das experiências e desafios vividos cotidianamente por quem habita e educa no campo.

AGRADECIMENTOS (opcional)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P.; WESZ JUNIOR, V. J. Escolas do campo que não estão no campo no Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu-PR. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, [S. l.], v. 9, p. 16418, 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Diversidade. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Políticas de formação de educadores(as) do campo*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007.

BATISTA, O. Educação Básica do Campo no Contexto do Novo Ensino Médio. *Currículo sem Fronteiras*, v. 23, 1 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *PRONACAMPO: Programa Nacional de Educação do Campo*. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo*. Brasília, DF, 2012c.

BRASIL. Ministério da Educação. *Projovem Campo – Saberes da Terra*. Brasília, DF, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 mar. 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 40, de 26 de julho de 2011. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo – PNLD Campo. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 27 jul. 2011.

BRESOLIN, P.; BUKOWSKI, C.; SILVA, R. R. D. da. Políticas curriculares para o Ensino Médio nas escolas do campo no Brasil. *Roteiro*, Joaçaba, v. 43, n. 2, p. 755-780, maio/ago. 2018.

CRUZ, R. A. A formação para o trabalho no âmbito da família camponesa e da escola de ensino médio rural. *Revista 7da Faculdade de Educação*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 93–110, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAGE, S.; CORRÊA, S. R. Educação Popular e Educação do Campo na Amazônia. *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 123-142, 30 dez. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2020*. Brasília, DF: IBGE, 2020.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Paulo Roberto de Sousa et al. Estado, movimentos sociais e educação do campo: da luta por direitos à disputa de hegemonia. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. Especial, p. 414–432, 30 dez. 2022.

VAZ, L. F. *Educação do campo e currículo: práticas escolares e saberes populares*. São Paulo: Cortez, 2021.